

# EDEPES

ESCOLA SUPERIOR DA  
DEFENSORIA PÚBLICA DO  
ESPÍRITO SANTO

**ENDEREÇO:**  
Avenida Jerônimo Mon-  
teiro, nº 1000 - Ed. Trade  
Center - 18º andar - CEP  
29010-004.

**E-mail:**  
escola@defensoria.es.def.br

**Canal no YOUTUBE:**  
EDEPES - Escola da DPEES

## INTEGRANTES

**Diretor(a) da EDEPES:**

Hellen Nicácio de Araújo

**Conselho Administrativo:**

Renata Rodrigues de Pádua

Samantha Negris de Souza

**Defensor Público:**

Hélio Antunes Carlos

**Servidora de apoio:**

Fernanda Hellen Rezende

1

Na última segunda-feira(27/03), a Defensoria Pública esteve reunida com o Secretário de Saúde, Miguel Paulo Duarte Neto, para discutir possíveis melhorias no fluxo de atendimento no fornecimento de medicamentos, na marcação de consultas, exames, cirurgias, além do atendimento nas unidades básicas e hospitais estaduais.

O objetivo é reduzir o tempo de espera por atendimento, além de criar um canal direto entre Sesa e DPES para promover a solução extrajudicial das demandas de saúde do cidadão capixaba.



## CONTEÚDO

*Notícias da DPES - 1*

*Jurisprudência do STF-2*

*Jurisprudência STJ-4*

*Jurisprudência do TJES- 6*

*Legislação-8*

*Atualidades Jurídicas-9*

## **Jurisprudência STF**

**EMENTA:** AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ARTIGO 33 DA LEI Nº 11.343/06. ALEGADA NULIDADE. POSSIBILIDADE DE INGRESSO EM DOMICÍLIO PELA AUTORIDADE POLICIAL DIANTE DE FUNDADAS RAZÕES QUE INDIQUEM QUE DENTRO DA CASA OCORRE SITUAÇÃO DE FLAGRANTE DELITO. APLICABILIDADE DO ENTENDIMENTO FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 280. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DO “PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF”. SUPOSTA CONFISSÃO COLHIDA IRREGULARMENTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO HABEAS CORPUS COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. [Clique aqui e confira](#)

## **Jurisprudência STF**

**EMENTA:** AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NÃO REALIZADA. NULIDADE: INEXISTÊNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. ROUBO. REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. FUNDAMENTAÇÃO VÁLIDA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RECONHECIMENTO PESSOAL. QUESTÃO NÃO APRECIADA PELAS INSTÂNCIAS ANTERIORES. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. **[Clique aqui e confira](#)**

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL E PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ABSOLVIÇÃO. QUESITO GENÉRICO. TRIBUNAL DO JÚRI E DEVIDO PROCESSO LEGAL. CONSTITUCIONALIDADE DE APELAÇÃO DA ACUSAÇÃO QUANDO A DECISÃO DOS JURADOS FOR MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. COMPATIBILIDADE COM A GARANTIA CONSTITUCIONAL DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS. EXCLUSIVA COMPETÊNCIA DO JÚRI PARA A REALIZAÇÃO DE NOVO E DEFINITIVO JULGAMENTO DE MÉRITO. **[Clique aqui e confira](#)**

## Jurisprudência STJ

**EMENTA:** PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CRIME DE AMEAÇA. VIOLÊNCIA CONTRA MULHER DOSIMETRIA. VALORAÇÃO NEGATIVA DA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DOS MOTIVOS DO CRIME. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AMEAÇA À EX-ESPOSA COM O OBJETIVO DE IMPEDI-LA DE ACIONAR A JUSTIÇA REQUERENDO O DIVÓRCIO E PENSÃO ALIMENTÍCIA PARA OS FILHOS DO CASAL. DESPROPORCIONALIDADE DO QUANTUM NA MAJORAÇÃO DA PENA-BASE. NÃO OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DO SURSIS ESPECIAL PREVISTO NO ART. 78, §2º, DO CP. IMPOSSIBILIDADE DIANTE DA NEGATIVAÇÃO DE UMA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL. AGRAVO DESPROVIDO. **[Clique aqui e confira](#)**

## **Jurisprudência STJ**

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO EXISTÊNCIA. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ACOLHIDA. APLICAÇÃO DE MULTA DO ART. 1.024, § 4º, DO CPC. NÃO CABIMENTO EM RAZÃO DE MERO IMPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO. **Clique aqui e confira**

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/15. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO DO ACÓRDÃO EMBARGADO. AUSÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 489, § 1º, DO CPC/15. NÃO OCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL. SHOPPING CENTER E UNIDADE GESTORA DO ESTACIONAMENTO. ROUBO À MÃO ARMADA NA CANCELA. ABRANGÊNCIA DA PROTEÇÃO CONSUMERISTA. **Clique aqui e confira**

## Jurisprudência do TJES

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. FATURAMENTO A MAIOR. AUSÊNCIA DE SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO E DE COBRANÇA VEXATÓRIA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO DESPROVIDO.

**[Clique aqui e confira](#)**

## Jurisprudência do TJES

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL. JUÍZO DE RETRATAÇÃO (ART. 1.030, INC. II, CPC). HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. FIXAÇÃO POR EQUIDADE. IMPOSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA DO TEMA REPETITIVO N. 1.076 DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. JUÍZO DE RETRATAÇÃO POSITIVO.

[Clique aqui e confira](#)

## **INOVAÇÕES LEGISLATIVAS**

- **Lei Ordinária nº 11.785/2023**

Institui o programa de parcelamento incentivado de débitos fiscais, nas condições que especifica. Autor(es) da Norma: Governador do Estado (ES). **[Clique aqui e confira](#)**

- **Medida Provisória nº 1.166, de 22.3.2023**

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. **[Clique aqui e confira](#)**

- **PL 1.084/2023**

Altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, para garantir às atletas gestantes ou puérperas, no âmbito da Bolsa-Atleta, o respeito à maternidade e aos direitos que a protegem. **[Clique aqui e confira](#)**

- **PL 1.085/2023**

Dispõe sobre a igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens para o exercício de mesma função e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **[Clique aqui e confira](#)**

## ATUALIDADES JURÍDICAS

- TJ não pode negar agravo em recurso especial e deve remetê-lo ao STJ. [Clique aqui e confira](#)
- Seguradora não precisa cobrir danos causados por motorista embriagado. [Clique aqui e confira](#)
- STJ entende que ANPP não pode ser condicionado à confissão extrajudicial. [Clique aqui e confira](#)
- STJ confirma que não é preciso confirmar representação por parte da vítima em audiência prevista no Art. 16 da Lei Maria da Penha. [Clique aqui e confira](#)